



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

# BOLETIM OFICIAL

PODER EXECUTIVO

*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

---

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº V

---

## LEI MUNICIPAL Nº 456/2026

**Dispõe sobre a adequação do salário mínimo dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas assalariados do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, e dá outras providências.**

O Prefeito do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no exercício de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica estabelecido que, a partir de 1º de janeiro de 2026, o valor do salário mínimo a ser pago aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas assalariados do Município de Taperoá será de R\$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), em conformidade com o disposto no Decreto da Presidência da República nº 12.979, de 23 de dezembro de 2025.

§ 1º Em decorrência do valor fixado no caput deste artigo, o salário mínimo corresponderá ao valor diário de R\$ 54,04 (cinquenta e quatro reais e quatro centavos) e ao valor horário de R\$ 7,37 (sete reais e trinta e sete centavos).

§ 2º A adequação prevista nesta Lei aplica-se exclusivamente aos servidores e pensionistas cujos vencimentos ou proventos estejam vinculados ao salário mínimo nacional.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo, se necessário, proceder à abertura de créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como na legislação orçamentária municipal.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ**  
**BOLETIM OFICIAL**  
**PODER EXECUTIVO**

*“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”*

---

**Ano: 2026**

**Mês: janeiro**

**Nº V**

---

**Artigo 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os ajustes contábeis e orçamentários necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei, inclusive no que se refere às despesas com pessoal.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Taperoá, 29 de janeiro de 2026.

  
**George Ciro Monteiro de Farias**  
Prefeito Constitucional